

Português Língua Segunda: Atitudes e Proficiência Linguísticas dos Aprendentes Jovens em Cabo Verde

Ana Cristina Neves

Resumo:

O objectivo deste estudo é identificar o conjunto de variáveis individuais e sociais que influenciam a proficiência do Português de jovens aprendentes de Cabo Verde e as suas atitudes perante ambas as línguas crioula e portuguesa.

Pouca investigação sociolinguística tem sido feita em contextos crioulos tendo em especial atenção aprendentes jovens. No caso de Cabo Verde, desde os estudos sociolinguísticos de M. Valkhoff (1975) e P. Thiele (1991) pouco trabalho de investigação tem sido feito nesta área, para não mencionar a ausência de estudos sociolinguísticos sobre aprendentes jovens.

Os dados do trabalho de campo levado a cabo com 474 jovens aprendentes do português língua segunda (LP ou L2) com idades compreendidas entre os 8 e os 16 anos, oriundos de todas as ilhas habitadas de Cabo Verde, revelam a importância das variáveis sociais especialmente em relação às atitudes linguísticas.

Abstract :

The aim of the present study is to identify the cluster of both individual and social variables which influence on the proficiency in Portuguese of Capeverdean young learners and on their attitudes to both the creole and the Portuguese languages.

Little sociolinguistic research has been carried out on creole contexts taking into special account young learners. In the case of Cape Verde, since M. Valkhoff (1975) and P. Thiele's (1991) sociolinguistic surveys, no further relevant research has been done on this field, not to mention the absence of sociolinguistic surveys on young learners.

Data from my 2004 fieldwork with 474 young learners in the age group of 8-16 years from all inhabited Capeverdean islands reveals the significance of social variables especially in language attitudes.

Palavras-chave:

Sociolinguística, Crioulo, PLS (Português Língua Segunda)
Sociolinguistics, Creole, PSL (Portuguese as Second Language)
Sociolinguistique, Crêole, PLS (Portugais Langue Seconde)
Sociolingüística, Criollo, PLS (Portugués Lengua Segunda)

Nota introdutória

Localizado junto à Costa da África Ocidental, entre as latitudes 14° 23' e 17° 12' Norte e as longitudes 22° 40' e 25° 22' Oeste, o arquipélago de Cabo Verde (CV) é formado por 8 ilhéus e 10 ilhas, que formam dois grupos distintos consoante a posição face ao vento alíseo do Nordeste: o Barlavento e o Sotavento. O primeiro inclui cinco ilhas habitadas: Sal (S), Boa Vista (BV), São Nicolau (SN), São Vicente (SV) e Santo Antão (SA); o grupo do Sotavento é constituído por outras quatro ilhas habitadas: Boa Vista (BV), Santiago (ST), Fogo (F) e Brava (B). A comunidade linguística tinha, de acordo com o censo de 2000, uma população total de 434.625 habitantes, dos quais 223.995 mulheres, residentes nas Ilhas Caboverdianas, sendo o português a língua oficial do país, apesar de a língua materna ser o crioulo, autoglotónimo da língua caboverdiana (LCV). Daí o português representar para esta comunidade uma língua segunda (L2 ou PLS).

É a M. Valkhoff (1975, p. 55-58) que se deve o primeiro inquérito sociolinguístico levado a cabo em Cabo Verde no ano de 1972, através do qual ele pôde constatar que o crioulo era, na altura, a língua veicular neste arquipélago, apesar da sua população alvo incidir num reduzido número de adultos. A língua crioula era considerada por eles inferior à língua oficial, ainda que pudesse também ser usada em textos líricos. Mais de 50% dos inquiridos previam a preservação da língua crioula, ao contrário dos restantes 18 inquiridos, que eram da opinião que a língua crioula nacional desapareceria.

O trabalho de campo subjacente ao estudo, cujos resultados apresento aqui, integra-se na minha tese de doutoramento e tem em consideração uma turma do 4º e uma outra do 6º ano de cada ilha, ou melhor, de cada capital insular, perfazendo um total de 474 alunos, os quais preencheram um inquérito sociolinguístico e redigiram uma composição acompanhada de uma imagem alusiva ao convívio de crianças do mesmo grupo etário.

Da análise das redacções resultou um variado número de construções desviantes, pelas quais entendemos “todo o tipo de evidência ou produção linguística mal formada quer do ponto de vista da aceitabilidade quer do da

adequação ao contexto, tendo como ponto de partida a LP, e que poderá levar à fixação de um ou vários novos valores de parâmetro da gramática da VNN [variedade não-nativa], desencadeando uma série de efeitos de superfície. Uma construção linguística é aceitável ou não-desviante, ao nível da competência linguística, quando bem formada do ponto de vista superficial ou material; uma construção linguística é adequada ou não-desviante, do ponto de vista da performance, quando a escolha paradigmática e sintagmática é apropriada ao contexto referencial ou social. Em qualquer dos casos, a construção desviante é vista como uma instância criativa“ (Neves, 2006, p. 29).

O inquérito em que se baseia este artigo foi elaborado com base em inquéritos sociolinguísticos levados a cabo, nomeadamente, por Petra Thiele (1991, p. 121-122) e, muito especialmente, Uta Helfrich (1999, p. 77-78), tendo tido como ponto de partida as observações sobre a igualdade de oportunidades no ensino de Afonso (2002), no que diz respeito ao sistema educativo de Cabo Verde, e de Vellacott e Wolter (2002) que fazem o tratamento desta temática considerando a origem social dos indivíduos. Nenhum destes estudos teve em conta a relação entre atitude e proficiência linguísticas.

Após uma breve descrição da população alvo, segue-se a apresentação e discussão dos dados sobre os domínios de uso de ambas as línguas e as atitudes linguísticas dos inquiridos. Por último, é apresentada a correlação entre os dados do inquérito e o número de construções desviantes ao português produzidas nas redacções. Note-se que por LP se entende tanto o português europeu como o português do Brasil.

Descrição da População Alvo

Tendo em conta a presença de variedades dialectais na LCV, podendo estas influenciar quer a atitude quer a compreensão linguísticas, considerou-se oportuno indagar sobre o local de nascimento dos 474 inquiridos que constituem a população alvo deste estudo. Foi, aqui, igualmente tido em conta o primeiro contacto com a LP, bem como os motivos pelos quais os inquiridos frequentam a



escola, já que esta está intimamente associada ao primeiro contacto com a língua oficial.

Assim, verifica-se que a ilha do S é a única onde menos de metade dos inquiridos tem, de facto, o S como terra natal, correspondendo o número deles a 40% dos inquiridos. A ilha da BV representa outro amálgama, apesar de a imigração, quer a nível interno quer a nível externo, não ultrapassar os 59,6% dos inquiridos desta ilha. As ilhas da B e BV, seguidas das de SA e do M, são as que apresentam a taxa de emigração interna menos elevada. A imigração interna mais elevada regista-se nas ilhas de ST e SV. As nacionalidades representadas na origem dos alunos e seus familiares são, por ordem decrescente: Itália, no caso da origem dos inquiridos; Angola, Portugal, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, no caso da origem das mães; e, São Tomé e Príncipe, Portugal e Guiné-Bissau, no caso da origem dos pais. As ilhas que apresentam os valores percentuais mais elevados de imigrantes estrangeiros são as da BV e de ST no que diz respeito à origem dos inquiridos, as da B e do S quanto à origem das mães, e as de SV, B e S relativamente à origem dos pais dos inquiridos.

O primeiro contacto com a LP foi para 73,1% estabelecido através da escola ou do jardim infantil. 20% contactaram com a LP, pela primeira vez, através dos meios de comunicação social, nomeadamente, da televisão e da radiofonia. 1,4% ou 6 dos inquiridos, todos eles do sexo masculino e da ilha do S, afirmaram ter entrado, pela primeira vez, em contacto com esta língua através de turistas. É aqui que reside a principal diferença em relação aos dados do inquérito sociolinguístico levado a cabo por M. Valkhoff (cf. 1975) no início da década de 70 do século passado: o primeiro contacto com a LP já não é estabelecido apenas na escola, mas também através dos meios de comunicação social. É de sublinhar, no entanto, que a população alvo do nosso inquérito se localiza nos espaços urbanos e semi-urbanos, pelo que se pode deduzir que o valor percentual efectivo, i.e., aplicado a toda a população, do primeiro contacto com a LP na instituição escolar seja superior a 70%, pois é precisamente nos meios rurais que a população não tem acesso, quer financeiramente quer a nível de infra-estruturas, aos meios de comunicação social.



A maior parte dos inquiridos admitiu ir à escola para ter um futuro melhor. Apenas 2% ou 8 do total de inquiridos admitiram frequentar a escola por serem obrigados pelos pais. Estes são casos isolados espalhados pelas ilhas do F, M, S, SA e SV. Unicamente por gosto só vão à escola 71 alunos, 17,3% ou menos de um quinto dos inquiridos. A maioria ou 331 dos inquiridos frequenta a escola para ter um futuro melhor. Cerca de um terço destes também o faz por gosto, e uma pequena minoria de 13 alunos ou 3,2% do total fá-lo igualmente por lhes ser imposto pela família (vd. Neves, 2006, p. 166-173).

Domínios de Uso do PLS e da LCV

O uso de ambas as línguas em questão varia de acordo com o domínio linguístico como se pode verificar no gráfico 1. Os inquiridos recorrem à LCV para se dirigirem à família, sobretudo, às gerações mais velhas, como é o caso dos avós, não se verificando o mesmo, nalguns casos, com os irmãos. Com os amigos, verifica-se o mesmo, mas com uma ligeira tendência para o recurso à LP. Ainda no domínio privado, o uso da LM é evidente na oralidade, recorrendo-se só raramente à L2. Quando escrevem cartas, uma actividade que implica o recurso a um sistema ortográfico, prevalece o uso da LP, deixando-se entrever, no entanto, a infiltração da LM nestas áreas. Quer no domínio público quer no domínio profissional, o estatuto da LM é nitidamente diferente, estando dependente do estatuto do interlocutor; se se tratar de um elemento da instituição escolar, como o gestor ou o professor e, por vezes, até de um médico, a língua a usar é a LP. Já o mesmo não acontece se o interlocutor for um colega. Distinguem-se, pois, dois parâmetros, independentemente do domínio: meio de comunicação escrita e estatuto do interlocutor. Por outro lado, verifica-se que os estatutos e os papéis de ambas as línguas em causa se mantiveram: no início da década de 1970, pouco antes da independência, a LCV era usada nos intervalos escolares para falar com os colegas, mas não para se dirigirem aos professores (cf. Valkhoff 1975). Isto verifica-se, de uma forma geral, independentemente da ilha ou do ano escolar, o



que quer dizer que a instituição escolar não só mantém o tradicional status quo diglòssico, mas até o fomenta.

Atitudes perante as Línguas

É evidente a atitude positiva de quase todos os inquiridos perante a língua materna (LM). Num total de 463 respostas válidas, 95,2% ou 441 dos inquiridos responderam afirmativamente a esta questão. Apenas 4,8% ou 22 inquiridos admitem não gostar da LM ou LCV (vd. gráficos 2). As ilhas onde houve uma adesão absoluta foram as de ST e M, ambas do Sotavento. Em contrapartida, foi nas ilhas do S e da B que se registou uma atitude comparativamente mais negativa em relação à LM, sobretudo por parte dos inquiridos do sexo feminino (vd. gráfico 3). A justificação das respostas foi unânime. Os que responderam afirmativamente justificaram-no por, na LM ou LCV, a comunicação ser mais fácil e rápida, por a LM ser a língua do quotidiano ou aquela que se aprende em casa, ou por ser a língua que se ouve e é falada na sua terra, sobretudo, quando se dirigem aos pais. Apenas um inquirido justificou a sua resposta pelo facto de esta língua se falar “à toa”, ou seja, por não estar associada a uma gramática normativa e ao ensino formal na instituição escolar. Foi na ilha da BV que se encontraram as 12 justificações mais patrióticas, todas elas no sentido de gostarem da LM por ser a língua da sua terra, da qual têm orgulho. Os que mostram uma atitude negativa perante a LCV explicam-no por não gostarem, por ser difícil ou por não ter o estatuto de língua oficial, i.e., por „não ser a língua da escola“. Esta última justificação foi comum a 6 inquiridos da ilha da B, todos eles frequentadores do 4º ano. Aliás, em termos de anos escolares, de uma forma geral, as turmas do 6º ano revelam uma atitude mais positiva em relação à LM.

Obtiveram-se resultados idênticos em relação à LP ou L2 (vd. gráficos 4 e 5), visto 94,7% do total dos inquiridos afirmarem gostar desta língua. A L2 é apreciada de forma absoluta nas ilhas da BV e do F, onde não se registou uma única resposta negativa. O mesmo não se pode dizer, particularmente, das turmas do 4º ano das ilhas do S e da B, onde, respectivamente, 37,5% e 16,7% dos

inquiridos moradores em cada uma destas ilhas, afirmam não gostar da LP. Seguiram-se as ilhas de SV e SN, cada uma com 12,5% do total parcial de inquiridos destas ilhas. As respostas negativas foram justificadas pela não apreciação da LP, por ser difícil, e por esta não ser a sua LM, pelo que estão mais habituados à LCV. No entanto, há que notar a aparente contradição dos argumentos, tendo em consideração as justificações apresentadas na questão anterior. Assim sendo, as respostas afirmativas quanto à L2 são explicadas, parcialmente, com os mesmos argumentos apresentados a favor da LM. Por um lado, dizem os inquiridos tratar-se de uma língua fácil, por outro, trata-se da língua oficial e de uma língua útil, que os ajuda a comunicar e a aprender outras línguas, nomeadamente através da escrita, tornando-se, assim, igualmente necessária. Também houve alguns inquiridos que o justificaram por se tratar da língua nacional (sic), outros referiram ainda ser o único meio de comunicar com parentes emigrados que não dominam a LCV. Foi também mencionada a vantagem de esta língua ser falada por um elevado número de pessoas e por dar acesso a uma profissão e a um futuro melhor. Surgiu ainda o argumento associado à escola como instituição, sendo que uns gostam da LP por respeito aos professores, outros por estes os obrigarem a falá-la.

A questão relativa à aceitação ou não do uso da LCV na sala de aula foi a que suscitou mais dúvidas; daí, apenas 391 dos 474 alunos deram uma resposta (vd. gráficos 6, 7, 8 e 9). A favor do uso da LCV na sala de aula manifestaram-se 120 alunos, i.e., menos de um terço das respostas válidas, espalhados por todas as ilhas, ainda que com mais peso nas ilhas do Barlavento: SN, SV e S, representados, respectivamente, por 29,2%, 15% e 13,3% das respostas afirmativas nestas ilhas. Na ilha da BV apenas um inquirido admite ser a favor da LCV na sala de aula. É preciso frisar que apenas numa ilha a maioria dos inquiridos respondeu afirmativamente a esta questão: SN, em que 35 inquiridos ou 79,5% dos alunos são a favor e os restantes 9 ou 20,5% dos alunos contra o uso da LCV na escola. Recorde-se que esta foi a ilha onde o Seminário-Liceu foi fundado, o que fomentou a formação de uma elite cabo-verdiana que se empenhou na defesa do uso da língua nacional, especialmente até à independência do país.



Ligeiramente mais receptivos à ideia de a LCV ser introduzida na escola mostram-se os inquiridos frequentadores do 6º ano e os do sexo feminino (vd. gráficos 7 e 8).

As respostas negativas a esta questão não contradizem os resultados acima descritos, sendo patente a atitude negativa das outras oito ilhas no que diz respeito ao recurso à LM na sala de aula. A encabeçar esta lista encontra-se BV com 20,3% ou 55 inquiridos, seguida de SV com 14% ou 38 respostas negativas e de ST com 12,5% ou 34 alunos (vd. gráfico 6). Os que se manifestaram a favor da introdução da LCV como língua de ensino baseiam-se em argumentos como a facilidade da aprendizagem e de transmissão dos conteúdos, tendo, sobretudo, em conta os colegas com mais dificuldades e a perda de tempo que está subjacente ao uso da LP nestas circunstâncias. Por outro lado, isto significaria a aplicação mais aprofundada da LM, o que é considerado uma vantagem. Os que são contra a LCV na sala de aula justificam a sua opinião afirmando que se trata de uma língua que é fácil de falar mas difícil de escrever, o que não acontece com a LP. Aliás, foi esta a justificação encontrada pela maioria absoluta, mais significativa na turma do 4º ano da BV. Por outro lado, a LCV não é um meio representativo de comunicação com o estrangeiro, para além do facto de o „crioulo“ não ter lugar na sala de aula. Isto para não mencionar a perda cultural que seria se o português desaparecesse, de acordo com alguns inquiridos. Outros houve que admitiram o receio de o uso da LCV poder gerar confusão, visto nem sempre ser compreensível o que se pretende dizer em crioulo. Alguns inquiridos manifestaram-se a favor do uso simultâneo de ambas as línguas, sem terem, todavia, justificado a sua resposta.

Resumindo, o argumento mais frequentemente mencionado a favor da LCV na sala de aula é a sua facilidade, que permitiria o acesso à aprendizagem por parte de todos e evitaria problemas de comunicação. Contra a LCV são apontados, sobretudo, o facto de esta permitir apenas a comunicação com um número restrito de pessoas e a ausência de uma forma escrita que facilite o acesso ao conhecimento. A LP continua, pois, a ser um meio para atingir um fim, tal como era o caso há 30 anos atrás (cf. Valkhoff 1975).

As respostas negativas quanto às duas línguas parecem ser influenciadas pelas habilitações da mãe, ou seja, há uma maior probabilidade de a atitude ser negativa quanto mais baixo for o grau de estudos da mãe (vd. gráfico 10). Quanto às habilitações das mães, note-se que o ensino básico (EB) é o mais representativo com cerca de 63,2%, seguido do ensino secundário (ES) com 9,5% e do tronco comum com 6,1% no caso das mães. Também no caso dos pais, é o EB que se encontra à cabeça da lista com 59,8%, seguindo-se o ES com 13,7% e o tronco comum com 10,3% do total de respostas válidas. 34 ou 8,7% das mães e 12 ou 3,1% dos pais não têm qualquer formação escolar. Daqui se depreende que o núcleo familiar da sociedade cabo-verdiana está concentrado na mulher, enquanto que o capital económico se centra na figura masculina. Há uma maior concentração de pais e mães com EB nas ilhas da B e da BV. Os pais que possuem um grau de estudos equivalente ou superior à licenciatura encontram-se maioritariamente na ilha de ST, sejam eles do sexo masculino ou do sexo feminino. O ensino médio faz-se notar apenas nas ilhas de SV, ST, SN e SA, no caso dos pais, e ainda na ilha do F, no caso das mães. É de sublinhar que estas ilhas correspondem não só aos centros urbanos das ilhas (SV e ST), mas também às ilhas mais ricas em recursos naturais (ST, SA e SN) e, por isso, fundamentais à subsistência do país, de acordo com o PND (1986-1990) (cf. Lesourd, 1994, p. 122). ST é a única ilha onde a maioria dos pais possui um nível de estudos equivalente ou superior ao do ES. F, M e S formam, sob esta perspectiva, um grupo à parte. Os dados não remetem para uma relação entre as atitudes perante as duas línguas e as habilitações do pai (vd. Neves, 2006).

Também a idade média dos elementos pertencentes à rede social dos inquiridos parece ser aqui influenciadora. Quanto mais baixa for a idade das pessoas com quem os indivíduos passam o seu tempo fora da escola, menor é a probabilidade de desenvolverem uma atitude negativa quer perante a LM quer em relação à L2 (vd. gráfico 11). A rede social de 85,3% dos inquiridos, ou seja, o tipo de indivíduos com quem passam o tempo livre, está centrada na família ou nos amigos, incluindo os vizinhos. Os elementos da família são, de uma forma geral, mais velhos do que os inquiridos. A maioria dos amigos é praticamente da



mesma idade, ou seja, entre 4 anos mais velha ou mais nova. 13,5% ou 59 inquiridos passam o seu tempo livre com colegas. Nestes casos, a idade dos colegas é igual ou superior às dos inquiridos. Os restantes passam o tempo livre sozinhos (vd. Neves, 2006). Curioso é o facto de serem os alunos que ambicionam uma profissão de nível de estudos básico que revelam, proporcionalmente, uma atitude ligeiramente mais positiva em relação à L2 (vd. gráficos 12 e 13). Assim se explica serem também estes os que se mostram mais desfavoráveis à introdução da LM como língua de comunicação escolar.

De forma a facilitar a análise dos dados as profissões ambicionadas pelos inquiridos foram divididas em três grupos consoante o grau de estudos exigido em CV. Verifica-se, assim, que mais de 60% ou 277 dos inquiridos desejam vir a ter uma profissão que pressupõe o nível de estudos superior, como, por exemplo, veterinário, médico, professor, advogado, piloto, arquitecto, escritor, enfermeiro, entre outras. Seguem-se 19% ou 84 alunos que desejam vir a ter uma profissão que exige um nível de estudos médio, como motorista, canalizador, polícia, electricista, mecânico, hospedeiro de bordo, educador ou monitor. Cerca de 18% ou 78 dos inquiridos contentar-se-iam com uma profissão de nível de estudos básico, nomeadamente, a de pescador, carpinteiro, futebolista, actor, cantor, cabeleireiro, cozinheiro, manicure, entre outras. Os menos ambiciosos são os inquiridos do sexo masculino. Em termos de ilhas, os mais ambiciosos localizam-se nas ilhas de SV, ST e SA, encontrando-se as ilhas do M, de S, SN e B no extremo oposto. Aqueles cujas mães estão desempregadas revelam ser os mais ambiciosos. Em termos de anos escolares, há uma ligeira preferência entre os alunos do 6º ano por profissões de nível de estudos básico.

Correlação

Apesar de os dados não serem suficientes para se poder estabelecer uma correlação, foi-nos, no entanto, possível delimitar algumas tendências. Para tal, foram seleccionados os inquiridos que produziram apenas uma ou duas construções desviantes, bem como os que atingiram um número de produções

desviantes de nove a onze. Para analisar estes dados, foram ainda seleccionadas as variáveis das habilitações dos pais, do primeiro contacto com a LP, da profissão ambicionada, da rede social e da idade média dos seus elementos, bem como a dos motivos pelos quais os inquiridos frequentam a escola.

Verificou-se, assim, que os alunos que produzem menos construções desviantes são aqueles cujo primeiro contacto com a LP foi através da televisão e não tanto da escola ou do jardim infantil (gráfico 14). Geralmente, estes são também oriundos de famílias com um capital social acima da média. A televisão parece surgir aqui como um item cultural, indiscutivelmente associado ao capital económico dos pais, e não acessível a todos.

Outro factor que pode desempenhar um papel na proficiência linguística é o facto de os alunos irem à escola por gosto, e não (apenas) por serem obrigados ou para terem um futuro melhor.

Curiosamente, foram os inquiridos que produziram um maior número de construções desviantes que indicaram as profissões de sonho mais ambiciosas, como a de médico ou veterinário, enquanto que os outros optaram maioritariamente por profissões de nível de estudos básico. Recorde-se que são os segundos que tendem a desenvolver uma atitude, comparativamente, mais negativa em relação à introdução da LM na escola.

Conclusão

Os dados revelam que a proficiência na LP (L2) é mais condicionada por variáveis individuais. Quer isto dizer que, quanto mais os aprendentes frequentarem a escola por gosto e ambicionarem uma profissão de nível de estudos básico, maior é a probabilidade de produzirem menos construções desviantes. A única variável social influenciadora da proficiência na LP é o capital económico da família, que permite o acesso aos meios de comunicação social, nomeadamente o rádio e o aparelho televisivo. É de notar que os aprendentes jovens que ambicionam uma profissão de estudos básicos revelam



uma atitude proporcionalmente mais positiva perante a LP ao se mostrarem desfavoráveis ao uso da LCV como meio de comunicação na sala de aula.

Já no que diz respeito às atitudes linguísticas perante o PLS e a LCV, são sobretudo as variáveis sociais, tais como a idade média da rede social dos indivíduos e as habilitações do elemento maternal, que desempenham um papel determinante. Quanto mais elevada for a idade média da rede social dos aprendentes jovens, maior é a probabilidade de ocorrência de uma atitude negativa em relação a ambas as línguas. Denota-se a mesma tendência quanto mais baixo for o nível de estudos ou as habilitações da mãe. A probabilidade do desenvolvimento de uma atitude positiva em relação à LP aumenta com a evolução escolar, fazendo-se igualmente sentir mais entre os aprendentes do sexo feminino e, do ponto de vista geográfico, entre as ilhas do Barlavento.



Anexos

Gráfico 1: Domínios de uso do PLS e da LCV

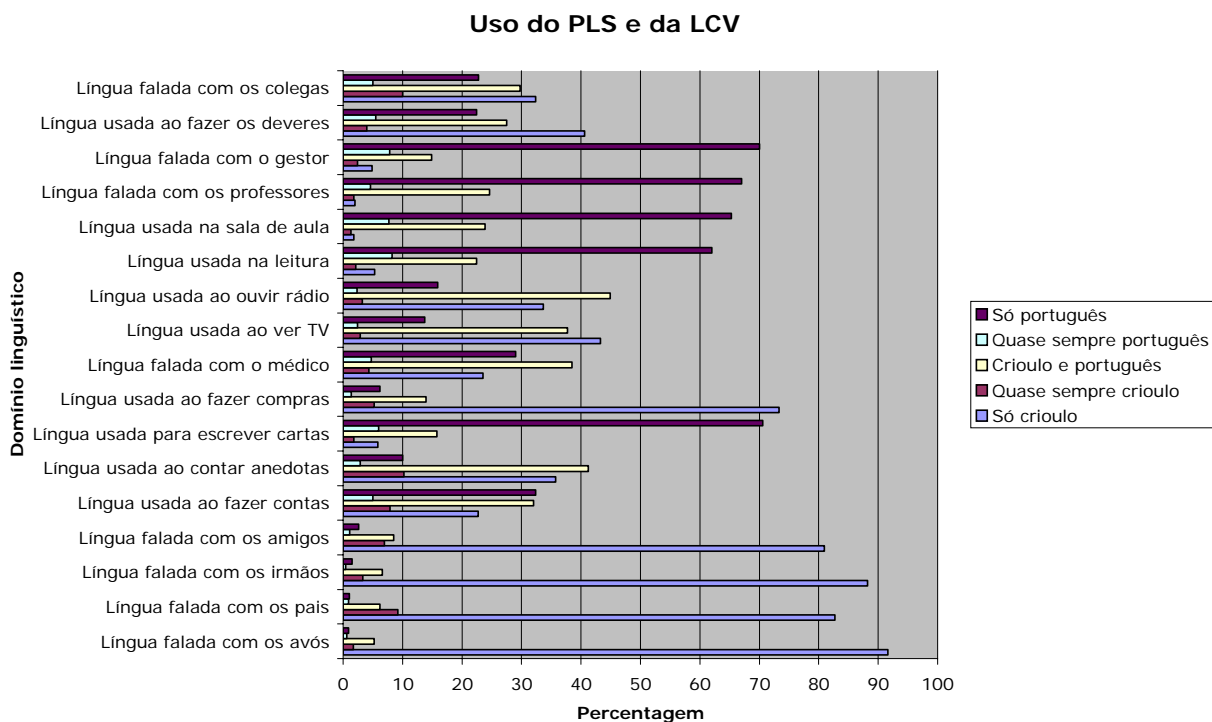


Gráfico 2: Atitude dos inquiridos perante a LM por ilha de residência

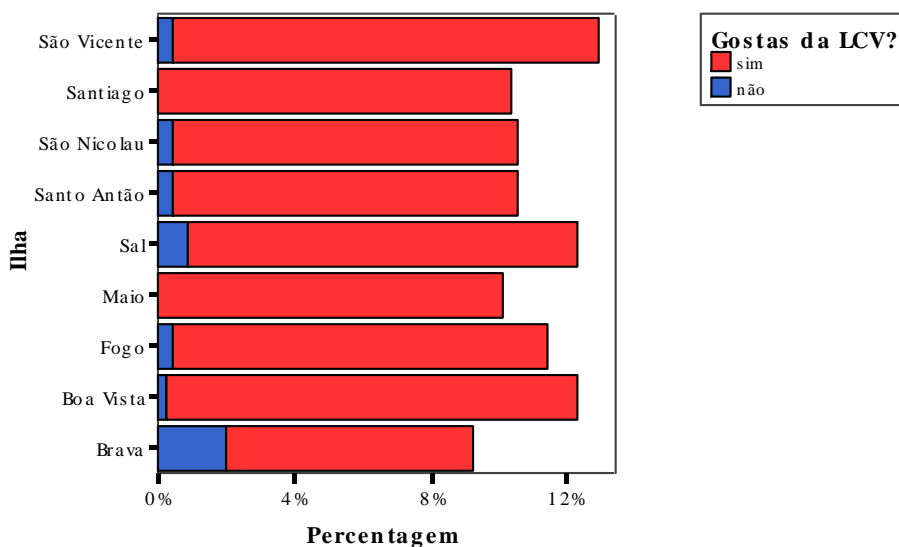


Gráfico 3: Atitude dos inquiridos perante a LM por ilha, sexo e ano escolar

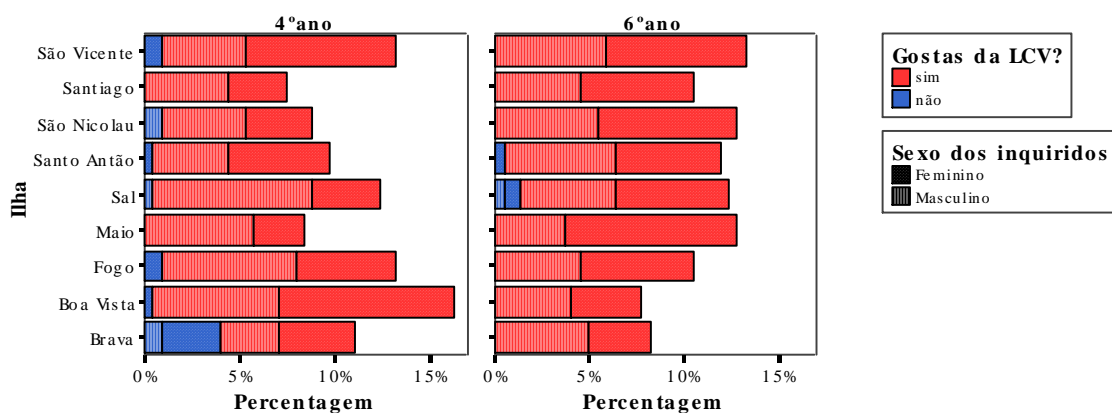


Gráfico 4: Atitude dos inquiridos perante a L2 por ilha de residência

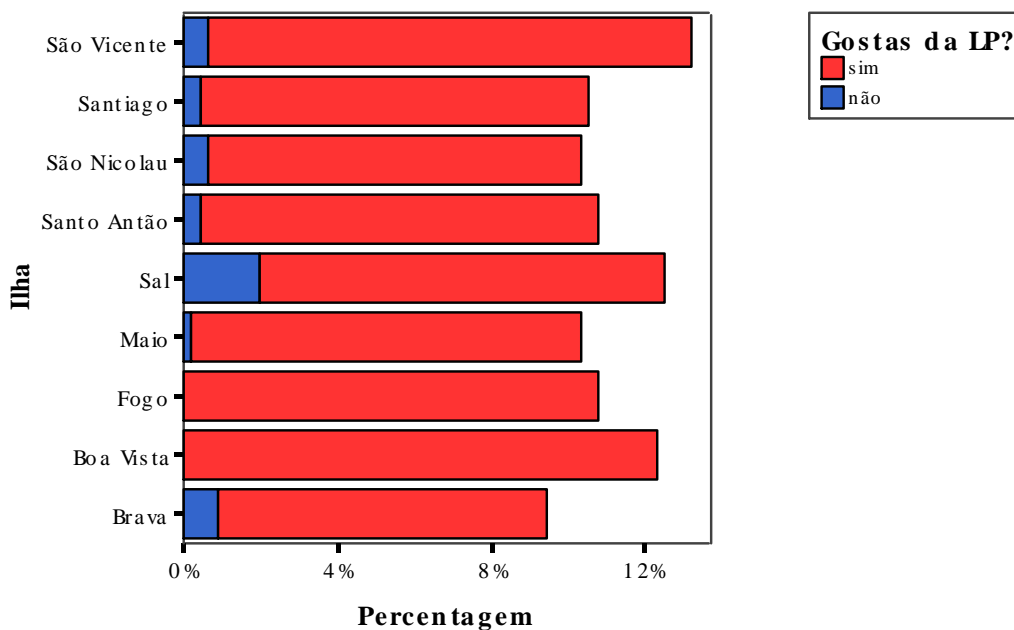


Gráfico 5: Atitude dos inquiridos perante a L2 por ilha, sexo e ano escolar

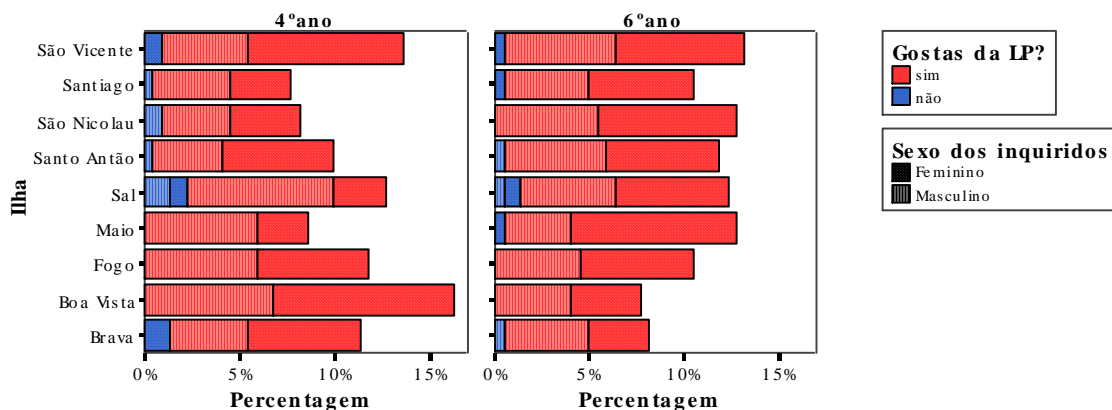


Gráfico 6: Aceitabilidade da LM como língua de comunicação escolar por ilha

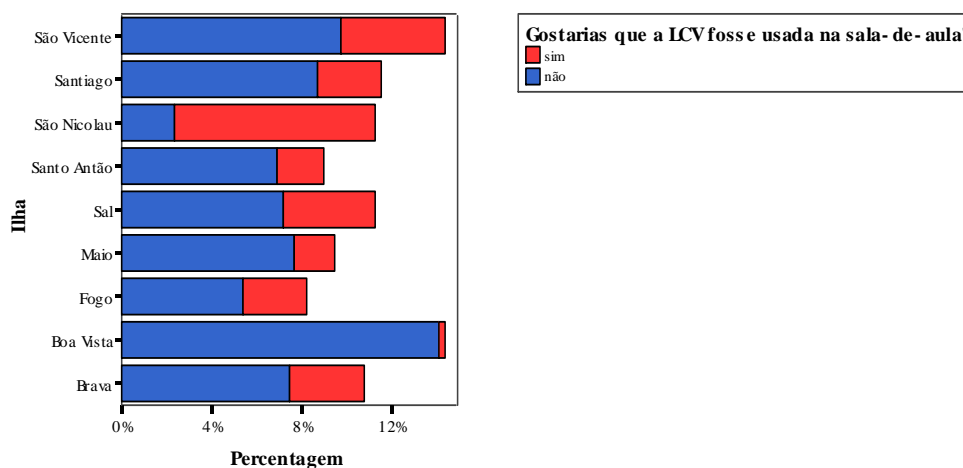


Gráfico 7: Aceitabilidade da LM como língua de comunicação escolar por ilha, sexo e ano escolar

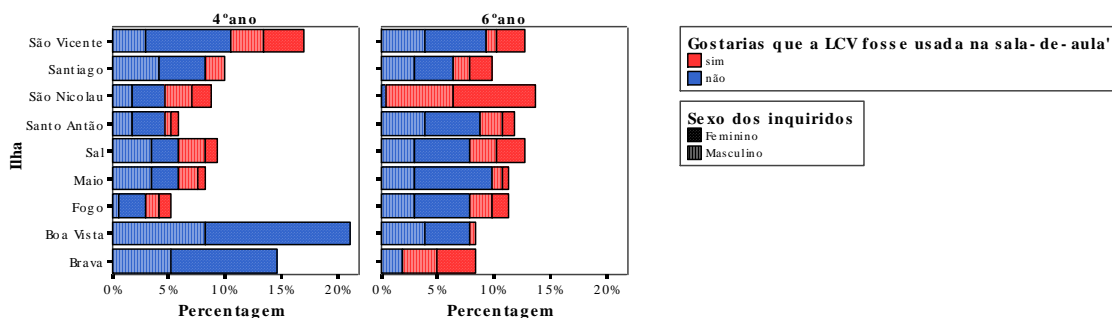


Gráfico 8: Aceitabilidade da LM como língua de comunicação escolar por ano escolar e grau de estudos da profissão dos sonhos

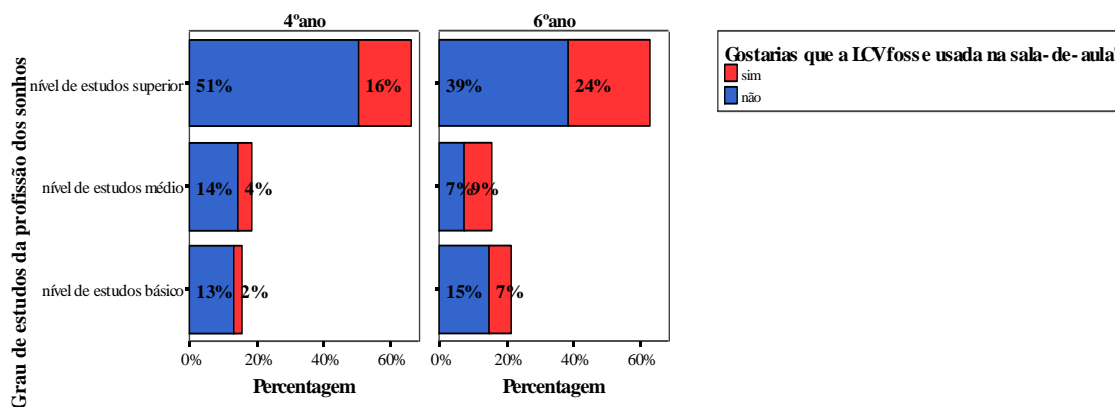


Gráfico 9: Aceitabilidade da LM como língua de comunicação escolar por sexo e grau de estudos da profissão dos sonhos

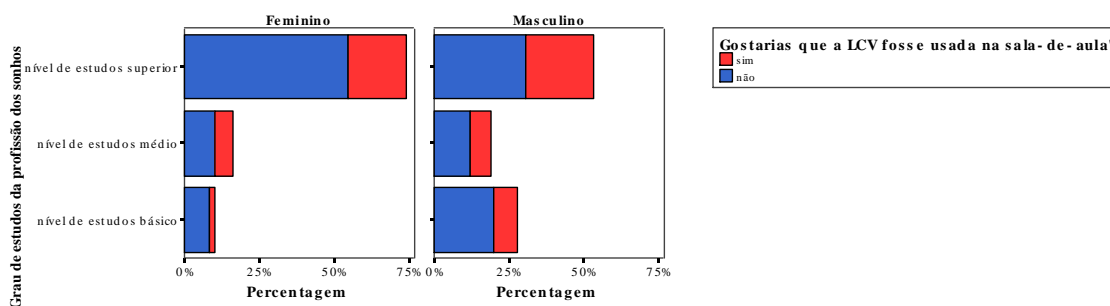


Gráfico 10: Atitude dos inquiridos perante a LM e a L2 por habilitações da mãe

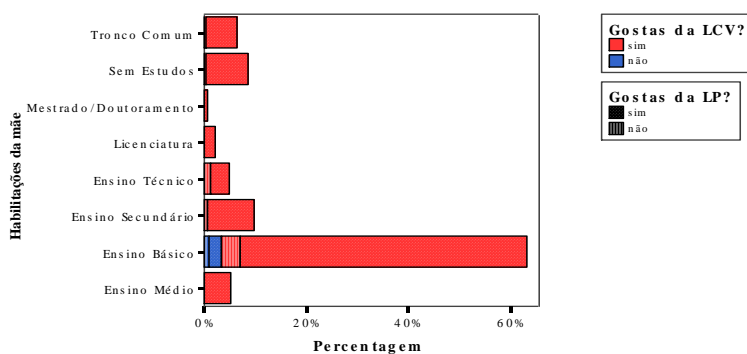


Gráfico 11: Atitude dos inquiridos perante a LM e a L2 por idade da companhia

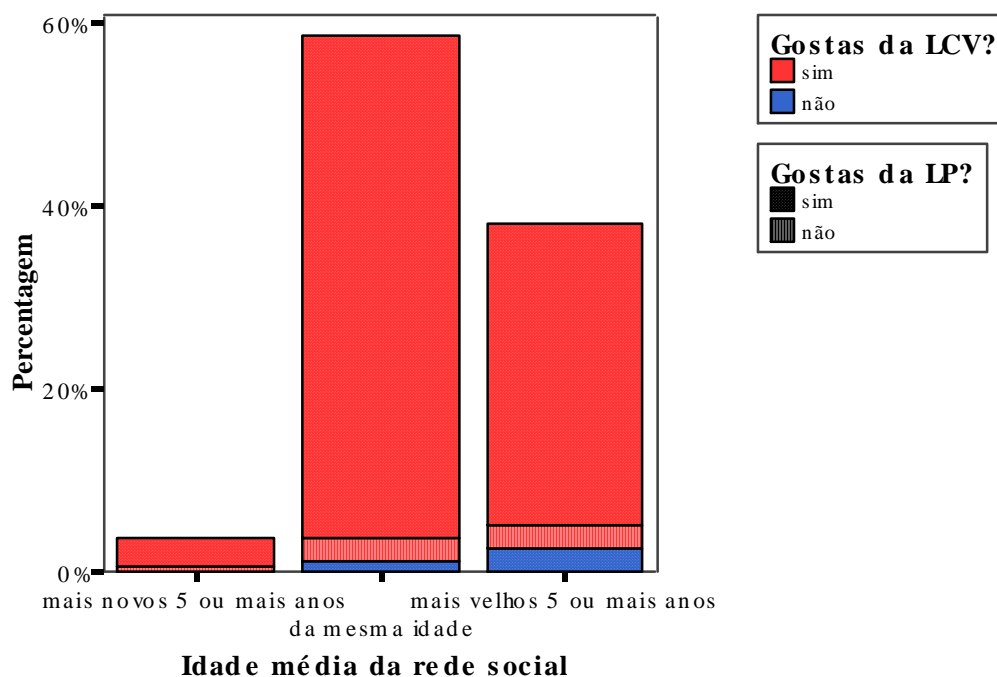


Gráfico 12: Atitude dos inquiridos perante a LM por grau de estudos da profissão dos sonhos

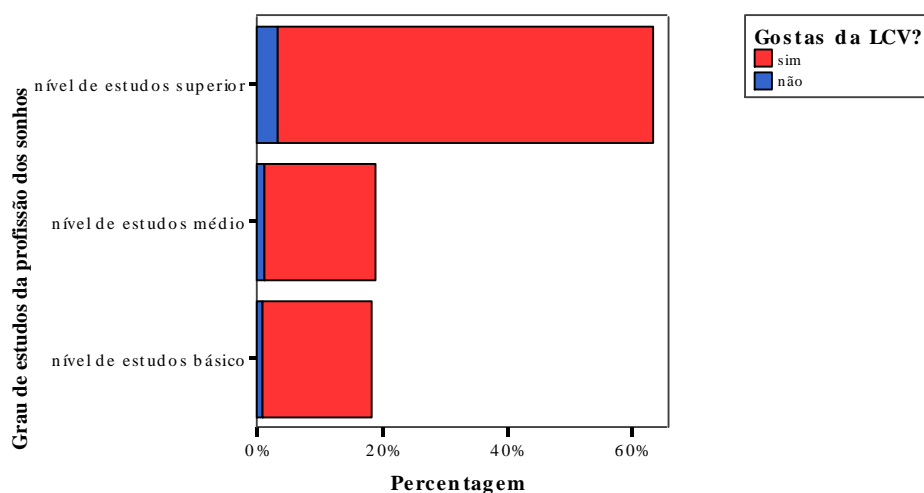


Gráfico 13: Atitude dos inquiridos perante a L2 por grau de estudos da profissão dos sonhos

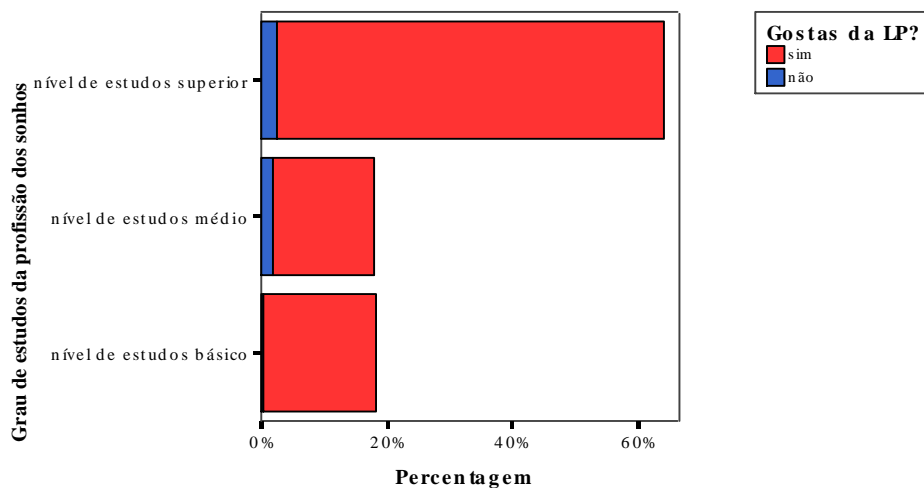


Gráfico 14: Primeiro contacto com a LP dos alunos com reduzido número de construções desviantes

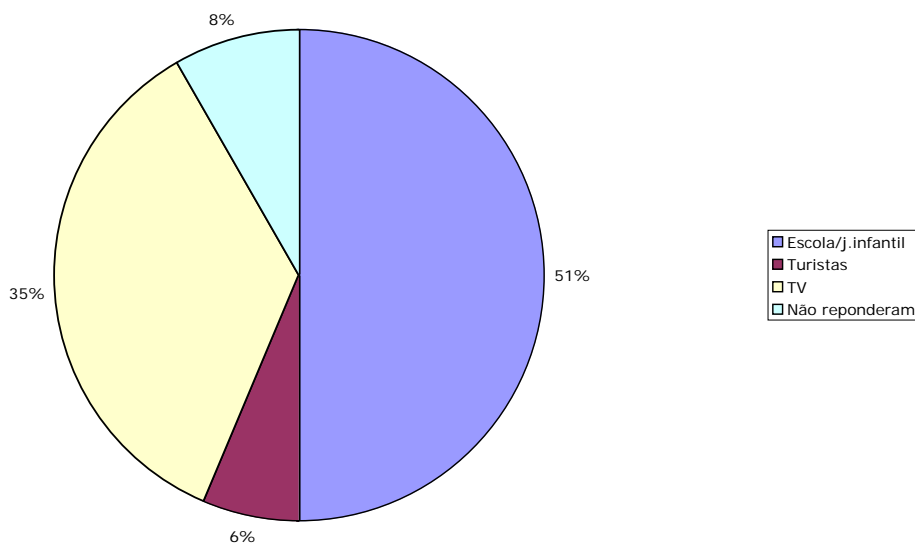
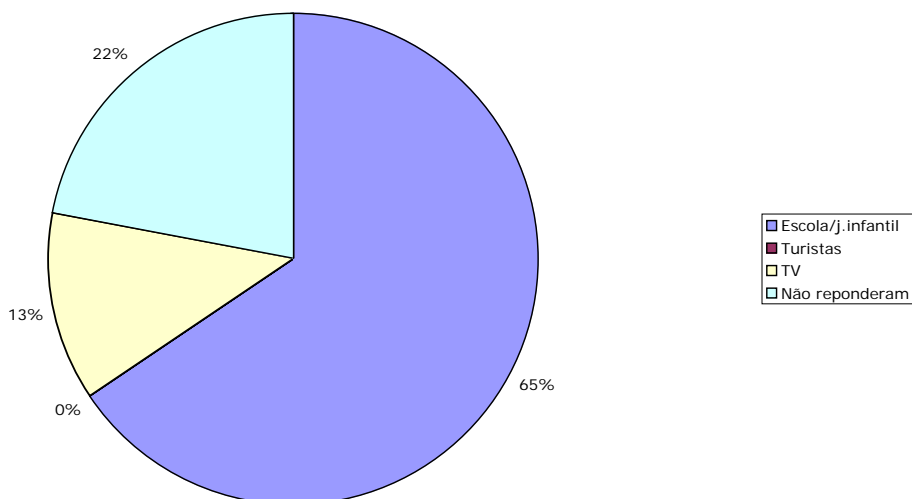


Gráfico 15: Primeiro contacto com a LP dos alunos com elevado número de construções desviantes



Bibliografia

AFONSO, Maria Manuela. Educação e Classes Sociais em Cabo Verde. Praia: Spleen Edições / Associação Académica África Debate, 2002.

CORDER, Pit. The role of interpretaion in the study of learners' errors“. In: Error Analysis and Interlanguage. Oxford: Oxford University Press, 1981. p. 35-44.

CRAIG, Dennis R. „Models for educational policy in creole-speaking communities“. In: VALDMAN, Albert; HIGHFIELD, Arnold. Theoretical Orientations in Creole Studies. New York: Academic Press, 1980. p. 245-265.

GONÇALVES, Perpétua.. „A génese de línguas em contextos multilingues: uma abordagem paramétrica“. In: D'ANDRADE, Ernesto; MOTA, M. Antónia; PEREIRA, Dulce (Org.). Crioulos de Base Portuguesa. Braga: Associação Portuguesa de Linguística., 2000. p. 247-257.



HELFRICH, Uta. „Sprachwechselprozesse in der Diglossiesituation: Franzosen im Grenzgebiet Nordelsass/Südpfalz“. In: STEHL, Thomas. Dialektgenerationen, Dialektfunktionen, Sprachwandel. Tübingen: Gunter Narr Verlag, 1999. p. 55-80.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Cabo Verde: Recenseamento Geral – População e Habitação. Praia: Instituto Nacional de Estatística. 2000.

KHANNA, A. L. „Individual and Social Variables in ESL“. In: AGNIHOTRI, R. K.; KHANNA, A.L. Research in Applied Linguistics. Second Language Acquisition: Socio-Cultural and Linguistic Aspects of English in India. New Delhi/London: Sage Publications, 1994. Vol. I. p. 247-264.

LESOURD, Michel. „Insularismes et Développement en République du Cap-Vert“. In: Lusotopie: Enjeux contemporains dans les Espaces Lusophones – Géopolitiques des Mondes Lusophones, n°1 e 2. Paris: L'Harmattan, 1994. p. 113-133.

NEVES, Ana Cristina. Língua e Poder em Cabo Verde: a Situação de Diglossia nas Escolas Primárias. 2006. 286 f. Dissertação (Doutoramento em Linguística Portuguesa) – Philosophische Fakultät, Universidade de Zúrique. Zúrique: Reprografia Estudantil, 2007. <http://www.dissertationen.uzh.ch/> [data de consulta 27.04.2007].

THIELE, Petra.. Kabuverdianu: Elementaria seiner TMA-Morphosyntax im lusokreolischen Vergleich. BORETZKY, N.; WINNINGER, W.; STOLZ, T. (Ed.). Bochum: Universitätsverlag Dr. N. Brockmeyer, 1991.

VALKHOFF, Marius F. „A Socio-linguistic Enquiry into Cabo-verdiano Creole“. In: Miscelânea Luso-Africana – Colectânea de estudos coligidos. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1975. p. 41-58.

VELLACOTT, Maja C.; WOLTER, Stefan C. „Soziale Herkunft und Chancengleichheit“. In: BUNDESAMT FÜR STATISTIK (BFS) UND SCHWEIZERISCHE KONFERENZ DER KANTONALEN ERZIEHUNGSDIREKTOREN (EDK) (Ed.). Für das Leben gerüstet? Die

Grundkompetenzen der Jugendlichen – Nationaler Bericht der Erhebung PISA 2000. Neuchâtel: BFS; 2002. p. 90-112.

